

MEMÓRIAS DE LUTAS QUILOMBOLAS NA AMAZÔNIA: considerações a partir de personagens da coletânea “Narrativas quilombolas”¹

Wendel Mendes Monteiro²

João Marinho da Rocha³

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama das articulações quilombolas na Amazônia, a partir de três trajetórias de lideranças quilombolas evidenciadas na coletânea “Narrativas quilombolas”⁴, do programa “Nova Cartografia Social da Amazônia- PNSA”. As três trajetórias escolhidas são de personagens do estado do Maranhão, a saber: **Leonardo dos Anjos, Maria Nice e Ednaldo Padilha**. Suas trajetórias ajudam a iluminar existências dessas comunidades e suas expressões próprias de um fazer “movimento social” nesta parte da Amazônia. Construído com base em uma metodologia de leituras, fichamentos e análise dos conteúdos das três coletâneas, o estudo revela que a trajetória do movimento desde do final dos anos 1970. Uma das indicações dessas trajetórias é a constatação de que os quilombolas maranhenses se constituem sobre bases da convicção de que é por meio da luta social e de reivindicações coletivas que aquelas comunidades terão seus direitos efetivados na prática. Com essa convicção, os movimentos desenvolveram inúmeras estratégias de ações coletivas, dentre as quais estão a ocupação de órgãos públicos. Com isso, conectam-se e estabelecem canais de diálogos e mediações com outros atores externos às suas realidades, além de se rearticularem entre esferas “do mesmo” movimento quilombola.

Palavras-chave: Coletânea Narrativas quilombolas; Movimento quilombola, Lutas por Direitos.

INTRODUÇÃO

Como é possível visualizar processos de lutas por direitos nas narrativas de lideranças quilombolas na Amazônia? Partindo desse questionamento, é que a nossa intenção é apresentar um panorama das articulações quilombolas na Amazônia, a partir de três trajetórias de lideranças quilombolas evidenciadas na coletânea “Narrativas quilombolas”. Essa coletânea foi produzida para evidenciar trajetórias de lutas das comunidades quilombolas por direitos, a partir de narrativas das suas principais

¹Artigo apresentado como requisito parcial para o título de Licenciatura Plena em História, pela Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins- UEA/CESP.

²² Acadêmicos do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins- UEA/CESP. E-mail: wendelgriezmann07@gmail.com

³ Professor Adjunto do Colegiado de História, pela Universidade do Estado do Amazonas, Centro de Estudos Superiores de Parintins- UEA/CESP. E-mail: jmdrocha@uea.edu.br

⁴ Essa coletânea foi produzida para evidenciar trajetórias de lutas das comunidades quilombolas por direitos, a partir de narrativas das suas principais lideranças. Compõe a coletânea, um total de sete trajetórias. Para este artigo, optamos em recortar em três delas, todas vindas a partir do Estado do Maranhão.

lideranças. Compõe a coletânea, um total de sete trajetórias. Para este artigo, optamos em recortar em três delas, todas vindas a partir do Estado do Maranhão.

Este estudo sobre os movimentos e as comunidades quilombolas, a partir das falas de lideranças registradas pelo programa Nova Cartografia Social da Amazônia, começou a partir das leituras dos livros de memórias aqui apresentados. No total são sete livros da coletânea, “*Narrativas quilombolas*”, onde dessas leituras buscamos fichá-las e na sequência buscar pontos comuns entre as trajetórias lidas, que para este trabalho de conclusão de curso, escolhemos apenas três deles.

O primeiro, intitulado “*Direitos, resistência e mobilizações: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a Base Espacial*”; o segundo “*Nice Guerreira: Mulher quilombola e Extrativista da Floresta*” e o terceiro, “*Narrativa, Resistência e Fé, Narrativas de um Quilombola*”. O que tem de comum neles são as ligações das três trajetórias e conexões históricas, sociais, culturais e de lutas por direitos na Amazônia Maranhense. As narrativas dos líderes que serão apresentados nesse presente artigo, se entrecruzam constantemente em muitos temas, a exemplo de momento comuns de lutas, das formas de construção das alianças em prol ao fortalecimento de suas comunidades, referenciadas sócio e historicamente no Estado do Maranhão.

Iniciamos os fichamentos dessas três narrativas, encaradas por este estudo como fontes orais. Direcionados por preocupações como saber se havia conexão entre elas e como se davam? Saber como essas trajetórias se cruzavam e se assemelhavam?

Começamos a partir do livro “*Diretos, resistência e mobilizações: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a Base Espacial*”, que nos conta a trajetória do seu **Leonardo dos Anjos**, uma das principais lideranças comunitárias do Maranhão, em Alcântara⁵ ele é o líder do MABE. O segundo livro é a trajetória de **Dona Nice dos Aires**, que é a representante da cidade de Penalva⁶, da comunidade enseada da mata. O personagem do livro três é **Ednaldo Padilha**, mais conhecido “cabeça”, o líder máximo

⁵ Alcântara está localizada próximo a São Luís, tem cerca de 22.097 habitantes, no município existem 210 comunidades quilombolas. (Alcântara.ma.gov.br/ prefeitura municipal de Alcântara. Acessado em 01 de abril de 2023).

⁶ A cidade de Penalva está localizada na baixada maranhense próximo às cidades de Viana e Pedro do Rosário, tem cerca de 38.731 habitantes. No município existem 44 comunidades quilombolas. (Penalva.Ma.gov.br/nossa história-prefeitura municipal de Penalva. Acessado em 01 de abril de 2023).

entre eles o que uniu os diversos movimentos e o portador das memórias da sua comunidade, que fica na cidade de Cajari⁷.

As leituras das três biografias, trazem à tona as diversas conexões entre as lutas dessas lideranças da Amazônia Maranhense. Talvez a principal seja a questão territorial; seguida das lutas pelo direito sobre as suas terras e isto também se conecta e passa por enfrentamentos constante contra os grandes empresários e latifundiários da região; as memórias são marcadas ainda pelas relações e a organização social construídas entre as comunidades para tecer estratégias coletivas de enfrentamentos perante aos desrespeitos sofridos. Tais memórias evidenciam e expõe a precariedade de recursos necessários a suas sobrevivências nessas regiões, marcadas pelos abandonados por parte dos governos. Segundo as narrativas das lideranças, essas comunidades são praticamente entregues “de mão beijada” às grandes empresas, muitas vezes, cedendo nos debates, demandas e nas tensões de forças desiguais, pelo fato das empresas suprirem as necessidades básicas que o Governo brasileiro não cumpre minimamente.

Vale ressaltar, no entanto, que há muitos interesses, principalmente na área dos babaçuais⁸ de Nice, nas terras de seu Leonardo que podem servir de pista para base espacial dos Estados Unidos⁹, e na comunidade de Cabeça, que é cobiçada pelas suas riquezas naturais, o problema educacional também afeta região fortemente tanto que em Alcântara muitos estudam pelos cursos da base espacial. Nas outras a situação é pior ainda, sem nem uma assessoria e assistência para educação.

O Artigo está organizado a partir das seguintes sessões: “Da coletânea ‘narrativas quilombolas’ ”; “Memórias, culturas e saberes e os processos de lutas por direitos das comunidades quilombolas”; “Das microbiografias quilombolas: questões gerais apresentadas”; “Das conexões temáticas narrativas quilombolas”; “A luta pelos direitos étnicos e territoriais”. Nelas apresentamos a questão da memória, identidade cultural e afins, que vão que vão apresentar a trajetória também dos que vieram antes, a respeito das

⁷Cajari é um município que fica a 200 km de São Luís capital do estado, a população estimada em 19.521 habitantes, no município existem 13 comunidades quilombolas. (Centro de lançamento de Alcântara-wikipedia, enciclopédia livre. PT.m.wikipedia.org. Acessado em 01 de abril de 2023).

⁸ As quebradeiras de coco babaçu, estão organizadas pelo movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB), são ss responsáveis pela fiscalização dos babaçuais da região de Penalva e afins, as Palmeiras no Maranhão também são protegidas pela lei babaçu livre, que impede a derrubada dessas espécies e dá acesso aos trabalhadores para retirado do Fruto. Quebradeiras de coco babaçu na Amazônia/Amazôniaatitude.com.br. Acessado em 01 de abril de 2023).

⁹ Centro espacial de Alcântara (CEA), é um espaço porto da agência espacial Brasileira no município de Alcântara, localizada na costa atlântica norte do Brasil no estado do Maranhão.

trajetórias estão marcados trechos que apresentam cada um desses líderes comunitários, e por fim questão territorial é o que é mais “batido na tecla”, manifestações e afins, brigas e jogos políticos.

Uma das intenções desse texto é em mapear as memórias de lutas das lideranças e com isso, evidenciar suas trajetórias individuais, mas que são, também comunitárias. Suas lutas e resistências nos processos de buscas dos direitos de titulação de suas “terras tradicionalmente”, a formação dos movimentos sociais que são os defensores, e buscam melhorias pra diversas comunidades quilombolas no Estado do Maranhão.

DA COLETÂNEA “NARRATIVAS QUILOMBOLAS”

A coletânea “Narrativas quilombolas” se apresenta uma correlação entre os processos de construção indentitárias dos remanescentes de quilombos e os estudos territoriais na Amazônia, ao explorar as considerações fundamentais, a exemplo do diálogo das lutas quilombolas com os territórios tradicionalmente ocupados e utilizados, bem como as relações tecidas com os territórios simbólicos e de pertencimentos, incluindo aqui elementos sócio historicamente construídos como é o caso das heranças sociais, culturais, espaços de saberes e patrimônios diversos que configuram essas comunidades quilombolas, representadas nas trajetórias descritas (ALMEIDA, 2016).

Nesse sentido, podemos pensar que a afirmação das tradições quilombolas e os seus inúmeros processos de territorialização ocorridos a partir das lutas por direitos encampados por tais comunidades, estão em permanentes Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 68, que dispõe sobre o reconhecimento dessas realidades sociohistóricas por parte do Estado brasileiro. Tal artigo, atesta que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Tal artigo precisa ser colocado como fruto de lutas por direitos,

Para entender a redação do artigo e sua inclusão nas disposições, transitórias da constituição é preciso levar em consideração, primeiramente, o fortalecimento dos movimentos negros no país, ao longo da década de 1980, e a revisão por eles proposta em a relação a memória pública da escravidão e abolição.(MATTOS, 2005, p.1)

As comunidades quilombolas, são realidades que precisam ser entendidas de maneira dinâmica, e que tem suas trajetórias em parte, marcadas pelas heranças da

escravidão negra até os conflitos atuais com diversos grupos de interesses em seus territórios, pelo lutam pela manutenção e conseguinte demarcação.

Assim, fazer uma abordagem de identidade quilombola e sua imbricação com o território, implica em perpetrar os estudos acerca dos direitos das chamadas “minorias” dentro da noção de “povo”, também contemplar o direito à diferença e reconhecer os direitos étnicos. Daí por que a coletânea “Narrativas quilombolas”, dá-se ênfase à ideia de que os quilombolas lutam por direitos sociais e territoriais, sendo sujeitos desolados ligados a uma história compartilhada de resistência e exploração, isso porque, a abolição da escravatura não veio acompanhada de garantia de direitos, colocando-os à margem da sociedade (ALMEIDA, 2016)

A partir disso, o mesmo autor informa que há o evidente estabelecimento de uma nova relação jurídica entre o Estado e estes povos tradicionais, com base no reconhecimento da diversidade cultural e étnica. Antes de mais nada, cumpre destacar que o Brasil é um país que contém vários povos, os quais se distinguem entre si por um signo de identidades específicas. Conforme dispõe o Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, povos e comunidades tradicionais são:

Art.3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I-[...]: Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

É preciso saber antes de qualquer afirmação, que a visibilidade e o protagonismo que as comunidades quilombolas têm na atualidade dentro do espaço público na sociedade brasileira são uma conquista relativamente recente.

Para Almeida (2016), a própria (auto) denominação de “comunidades quilombolas” se trata de uma construção indentitária emergente, associada a um processo de luta por direitos e reconhecimento por parte destes grupos frente à sociedade e ao Estado brasileiro, movimento que tomou força e consistência desde finais da década de 1980 e inícios da década de 1990. Nesse sentido, quilombola nos remete a uma configuração étnica e territorial com forte conteúdo político ou, em palavras de Leite (2000) uma forma de organização, a dimensão política de uma formação social diversa.

Nesse processo de emergência étnica e política, território é uma palavra chave pois a luta pelo reconhecimento dos territórios ocupados pelas comunidades quilombolas se constitui como o eixo estruturante das pautas reivindicatórias destes grupos, os quais articularam um movimento social de abrangência nacional nas últimas duas décadas (ALMEIDA, 2016). Além dos quilombolas, nesse período emergiram outros grupos e coletividades englobados dentro de uma denominação genérica de ‘comunidades tradicionais’, com uma dimensão territorial determinante. De acordo com Cruz (2014), há uma forte valorização material e simbólica do espaço, uma territorialização das lutas sociais.

Como já citado acima, de acordo com o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado promover os reconhecimentos das comunidades e dos direitos territoriais.

Ainda ALMEIDA (2016), nos lembra que o referido dispositivo constitucional regulamenta, ainda, o procedimento de regularização fundiária, destacando expressamente que: “São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural”. Ressalta-se que a Carta Magna de 1988 busca salva guardar o processo de reconhecimento dos direitos assegurados ao patrimônio cultural brasileiro (de forma constitucional, portanto).

O mesmo autor alerta que nas coletâneas, far-se-á ao longo do texto uma breve análise sobre as expressões “quilombo” ou “comunidade remanescente de quilombos”, que significa tratar também sobre luta territorial, política e cultural historicamente caracterizada e é, necessariamente, um estudo científico em processo de constante construção. O projeto político Quilombola atravessou anos de história para se consolidar na Constituição Federal de 1988, todavia, a previsão do quilombo na ordem jurídica não se perfaz suficiente para modificar as práticas de expropriação e controle do território e com elas a posição de precariedade em que vivem os grupos. Há políticas públicas e de proteção, mas ainda se demonstram muito exíguas (LEITE, 2008, p. 965).

Observa-se que as comunidades quilombolas possuem o sentimento de etnicidade, empoderamento identitário e de pertencimento com o território. Este passa então a ser interpretado como modo de sobrevivência material e simbólica para a identidade quilombola e para a sua contínua reafirmação. Haja vista que:

A imagem da princesinha branca, libertando por decreto os escravos submissos e bem tratados, que durante décadas se difundiu nos livros de didáticos brasileiros, passou-se a opor a imagem de um sistema cruel e violento ao qual o escravo negro resistia, especialmente pela fuga e formação dos quilombos. (MATTOS, 2005, p. 1)

Historicamente a população do campo teve seus direitos de acesso à terra e às políticas públicas negligenciados. E estes fatos precisam ser compreendidos em perspectivas históricas, pois:

A história social da escravidão foi também tocada por essa conjuntura. A partir de uma perspectiva que propunha pensar o escravo como ator social relevante para a compreensão história da sociedade brasileira, uma revisão historiográfica se produziu em relação ao tema. A demografia, a cultura, as relações familiares e a sociabilidade escrava passaram a ser estudadas por inúmeros pesquisadores. Cada vez mais as ações e as opções dos africanos escravizados no Brasil foram percebidas como essenciais para a compreensão histórica da sociedade que escravizava. Desde suas estratégias de organização de famílias, de formação de organizações religiosas para obtenção de alforria, até diferentes formas de sua inserção no mundo do trabalho. (MATTOS, 2005, p. 1-2)

O Brasil tem como herança uma estrutura fundiária escravocrata, repleta de latifúndios, que manifesta a concentração de poder econômico e político em torno dos grandes proprietários de terras, a burguesia rural. Nesse cenário, vale destacar que

A maioria das muitas comunidades negras rurais espalhadas pelo país, em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional das terras coletivas, estão majoritariamente identificadas como "terras de preto" nem sempre se associava a ideia de história clássica de quilombo. (...) Muitos dos grupos referenciados a memória da escravidão e a posse coletiva das terras em casos estudados por antropólogos nos anos 70 e 80, tinham seu mito de origem em doações senhoriais realizados no contexto da abolição. (...) Juristas, historiadores, antropólogos, em especial, a associação brasileira de antropologia (ABA), tiveram importante papel nessa discussão tendo em vista o crescimento do movimento quilombola predominam as interpretações que consideravam a ressimantização da palavra quilombo por efeitos da provisão constitucional, valorizando o contexto de resistência que permitiu a viabilização histórica de tais comunidades. (MATTOS, 2005, p. 3-4)

Já à população do campo foi destinada uma série de condições precárias de vida no que se refere, principalmente, a esse acesso desigual. À negritude, foi direcionada a face mais perversa desse processo, já que a ela foi negada, salvo raras exceções desde sua chegada ao Brasil, o uso da terra e principalmente a garantia de sua propriedade.

MEMÓRIAS, CULTURAS, SABERES E OS PROCESSOS DE LUTAS POR DIREITOS DAS COMUNIDADE QUILOMBOLAS

Das Memória e suas diversas questões sociais

Eficazes instrumentos de poder, a memória e o esquecimento têm sido utilizados por inúmeros governos, totalitários ou democráticos, com objetivo de alcance do controle

político. Em casos de situações de extrema agressividade e violência, (SANTOS,2020) observa a inviabilidade de resposta das vítimas, que se tornam incapazes de utilizar sua memória de forma seletiva. Sobre isso, (POLLAK, 1989, p.8) afirma que “as lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informal e passam despercebidas pela sociedade englobante”.

Pollack analisou o que chamou de “batalhas pela memória”. Encontrou, na revisão historiográfica acerca da desestabilização, no silêncio dos sobreviventes de seus campos e no recrutamento de soldados da Alsácia anexada, ideias que amarram o processo em que esses relatos ocultam memórias silenciadas dos fatos: medo, desconfiança e a falta de compreensão. Defendeu que o silêncio tem razões complexas – políticas e pessoais. Para o mesmo autor, este silêncio não significa caminhos para o esquecimento, mas resistência dos impotentes, moldados pelas dificuldades de não encontrar escuta de suas memórias. Também ressaltou que esta dominação vai além da figura opressiva do Estado, onde se envolvem relações conflituosas entre minorias e sociedade englobante. Assim, o autor ressaltou que o espaço do silêncio não é lugar próprio do vazio: está preenchido de memórias dos mais diversos grupos, esses, formados por indivíduos com mentalidades únicas. Essas lembranças proibidas aparecem em estruturas de comunicação informais, não despercebidas pela sociedade englobante (POLACK, 1989)

Retiraram a memória do espaço eminentemente individual, lugar em que se acomodou por mais de dois milênios na tradição ocidental. Este deslocamento dos estudos da memória para a esfera social – coletiva – abriu este novo campo que enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos (POLACK, 1989).

Stuart Hall, na obra *Identidade Cultural na Pós-modernidade* (1992), em busca de conceituar as identidades contemporâneas, revela estratégias discursivas para a construção da nação, também iluminando esta pesquisa. Para o autor, a narrativa da nação vai valer-se de histórias e literaturas nacionais que fornecem uma série de estórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido a nação (HALL, 1992).

Através dos primeiros momentos do tombamento, encontramos uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos para atribuir valor –através do Estado –

à cultura material com intenção de criar e valorizar identidades culturais. Esta cultura nacional que nunca foi um ponto de lealdade, união e identificação simbólica (HALL, 1992)

Da Identidade cultural

Ressaltamos que os quilombolas são grupos étnicos, predominantemente constituídos por pessoas negras e localizados, em sua maioria, em áreas campestres. Sua formação representa uma das formas de resistência e de combate à escravidão e aos processos coloniais sofridos historicamente. Com a formação dos quilombos podemos perceber também a busca pelos direitos que foram negados a estes coletivos historicamente, um desses direitos pode ser destacado com o reconhecimento da identidade quilombola como comunidades pertencentes de culturas e produtores de conhecimentos (LARCHERT, 2013).

Nas Comunidades Quilombolas existem formas próprias de organização, desenvolvidas com os rituais, recuperação de sua história, memória, valorização da identidade e com os modos de organização comunitária, desenvolvidas em cada quilombo (campeño ou urbano) de acordo com suas especificidades, também a ressignificação do espaço de vivência que corresponde às variáveis formas culturais que se expressam de maneira diferente em cada quilombo. Esses elementos constituem as ações educativas que foram sendo apreendidos (LARCHERT, 2013).

Em Comunidades Quilombolas temos uma identidade negra com sua ancestralidade, história e cultura dos povos negros, mas no espaço-tempo da luta pela sobrevivência, contribuindo para a resistência aos processos coloniais, conseqüentemente se fortalecendo como processo educativo, como “retroalimentação entre experiência, processos educativos e resistência” (LARCHERT, 2013, p.10).

Pensar nas lutas por direitos por essas comunidades, inclusive por direitos educacionais, por exemplo, no remete a práticas desenvolvidas nos espaços de vivência dos quilombolas, que expressam memória, ancestralidade, resistência, identidade negra e quilombola, dentre outros elementos contribuintes na luta da história-memória e permanência desses grupos. A prática de resistência, por exemplo:

É o esforço contínuo de existir na situação concreta de vida, neste esforço são muitos os processos educativos que legitimam a existência de um povo. Na construção da educação de um povo, a produção dos

seus saberes não está separada dos seus fazeres cotidianos, saber e fazer se justapõem, dialeticamente, produzindo seus processos educativos (LARCHERT, 2013, p.10).

Com o passar dos anos, várias comunidades vêm buscando incansavelmente um reconhecimento territorial e pessoal. Mas para haver estes verdadeiros entendimentos é necessário saber realmente quem somos existindo uma verdadeira origem ficando mais viável uma alto-identificação ancestral.

Assim, muitas comunidades negras vêm buscando, na história de suas raízes, elementos que apontem para uma origem comum de seus habitantes e, dessa forma, procuram se afirmar enquanto grupos étnicos que ocupam um território quilombola (SANTOS, 2016, p.128)

Não sendo diferente nas comunidades apresentadas nos livros da coletânea “Narrativas quilombolas”, onde as personagens vêm há vários anos veio lutando por um reconhecimento tanto territorial como pessoal e cultural. As narrativas das lideranças informas que nessas comunidades não foi difícil reconhecer sua origem. Daí vem os traços que decerta forma identifica os laços de pertencimento como a cor da pele, os cabelos afros, embora com o passar dos anos houve várias misturas de etnias e as vezes há uma certa rejeição com determinada raça, principalmente em relação ao negro. Há Fortes indícios que abrilhantam as afirmações culturais, que identificam com as manifestações, cultura, artesanato, religiosidade, traços e costumes afro.

Nesse Sentido, enfatizamos que Educação Quilombola é aquela originária, “marcada pela liberdade de ser de um povo” (FERREIRA; CASTILHO, 2014, p.14). É pensando sobre tais necessidades de reconhecimento, que a Educação Quilombola adquiriu sentido mais amplo, pois procura integrar também os saberes de sua comunidade na escola. Tal necessidade se insere tendo em vista, que a escola perpassa saberes eurocêntricos, pautados nos processos coloniais, muitas vezes, distante do seu cotidiano.

Diante desta citação afirma que o reconhecimento da identidade é um processo cotidiano que se vem afirmando no decorrer das vivencias sociais. E precisa ser um reconhecimento democrático e contínuo isto deve ser trabalhado com segurança e autonomia, quando se é desenvolvido logo na infância, o melhor local para se iniciar estas informações é na escola, nomeio social, está aí a fundamental importância da educação específica, é nesta modalidade de ensino que se desenvolve um sujeito crítico e consciente, é no decorrer destas trajetórias que se é trabalhado suas especificidades (LARCHERT, 2013).

É interessante que logo na infância as crianças tenham esse conhecimento das suas origens, quando se tem um reconhecimento de forma original e consciente este indivíduo passa a se valorizar, se orgulhar de sua originalidade, vindo a se auto afirmar de maneira natural e espontânea, afinal, só podemos gostar de algo com mais confiabilidade se realmente estiver reconhecimento do mesmo. Esses assuntos são vivenciados no cotidiano escolar, desenvolvido na pedagogia crioula, as vivencias pedagógicas, os fazeres, as ações, as reuniões as atividades diárias, tudo isto tem uma marca crioula que vem sempre se afirmando a cada atividade desenvolvida na comunidade (LARCHERT, 2013).

Dos saberes tradicionais

Entendemos que historicamente fomos levados a compreender e a achar natural o aprisionamento dos conhecimentos dos povos outros, considerando válidos apenas os tidos como ciência, a linguagem que tem respostas para todos os fenômenos naturais. Por outro lado, os saberes das práticas de vivência, experiência e de ancestralidade dos grupos e povos tradicionais foram enquadrados nesse aprisionamento, desconsiderados e tidos socialmente como saberes intuitivos, do senso comum. Um saber, muitas vezes, explorado pelas indústrias, mas não reconhecido como fonte de epistemologias válidas a estarem nos currículos e para além do reconhecimento funcional (TORRES, 2013).

Dessa maneira, destacamos também que o termo tradicional expressa tradição, uma transmissão de conhecimentos, mitos, crenças, culturas, de uma geração para a outra. Ampliamos esta discussão entendendo que o tradicional não é algo estagnado, mas uma relação intrínseca com as formas de culturas desenvolvidas de maneira individual e coletiva dos sujeitos. Pode ser entendido como um conjunto de informações que são tecidas nas vivências e experiências dos sujeitos, transmitidos, na maioria das vezes, de forma oral e na observação de suas práticas. (FURTADO,2018)

Em Comunidades Quilombolas podemos compreender que o tradicional é o conjunto de saberes ancestrais presente na memória, nas práticas desenvolvidas e transmitidas de forma individual e coletiva, transcendendo gerações, mas também está na contemporaneidade, na forma como estes sujeitos ressignificam seus modos próprios de ser, de pensar e de conhecimento. Reconhecer, valorizar e não negligenciar essas fontes

de saberes é uma forma de trabalhar pela Interculturalidade, pelo direito às diferenças (ALMEIDA, 2010).

Ressaltamos que os saberes tradicionais são os conhecimentos construídos pelas experiências, vivências, criado e perpassado pelos sujeitos no coletivo das comunidades que são tidas como tradicionais como, por exemplo, os povos indígenas, ribeirinhos, do campo e quilombolas. Esses saberes são dialogados com a partir das formas próprias de desenvolvimento local, com suas pedagogias e práticas. É um saber independente, com autonomia em relação ao saber que é socialmente tido como científico, moderno (ALMEIDA, 2010). Tais conhecimentos são resultado da observação minuciosa que estes sujeitos fazem da natureza, em suas diferentes territorialidades, da fauna, flora, dos rios, da floresta, de todos os fenômenos naturais, internos e externos com que as diferentes comunidades tradicionais vivenciam e enfrentam cotidianamente (ALMEIDA, 2010).

DAS MICROBIOGRAFIAS QUILMBOLAS: QUESTÕES GERAIS APRESENTADAS NAS TRES TRAJETÓRIAS

A leitura e análise dos relatos orais apresentados retrata três personagens que têm o papel crucial na questão do movimento social e da luta pelos os direitos das comunidades quilombolas do estado do Maranhão, onde não só as questões de congressos, manifestações são demonstrados, mas também outras demandas no viés cultural, social e religioso das comunidades. Suas narrativas retratam muito do cotidiano dos três personagens que são a representação máxima de cada comunidade, que tem mulheres e homens lutando lado a lado por seus direitos.

As narrativas partem de um ponto em comum que é a luta pelo direito de viver no território de seus ancestrais, de ter uma vida digna e justa ao seu modo tradicional, além de reconhecimento por parte dos governantes e da população em geral que cerca aquelas comunidades. Vale destacar

As áreas geográficas reivindicadas pelas comunidades quilombolas do Maranhão tem maior amplitude e se estendem praticamente todo o estado. As antigas fazendas escravistas e suas comunidades e senzala historicamente na base de formação de muitas das chamadas "terras de preto" maranhenses no papel de fronteira aberta na expansão dos mocambos tende hoje a predominar na memória pública das comunidades dos quilombolas, sobre a narrativas de Viés paternalista, que enfatizam heranças, compras ou doações de terras por partes dos seus antigos senhores, antes predominante. (MATTOS, 2005, p. 6)

Articulações contemporâneas para a luta e defesa de seus territórios e reconhecimento formal de sua etnicidade derivam de um contexto histórico de formação

territorial marcado por contradições e conflitos envolvendo os grupos étnicos aqui existentes, justamente na constituição do Brasil enquanto Estado-Nação. Lutas e movimentos sociais marcaram a sociedade brasileira desde os tempos coloniais como símbolo de resistência contra a dominação e exploração (GOHN, 2000) e que, atualmente, se reinventam enquanto faces constitutivas/disjuntivas do movimento quilombolas no Maranhão. Vale destacar que

No Maranhão e no Pará encontra-se proporção expressiva das comunidades quilombolas. São 34 no Pará e 35 no Maranhão registradas no SICAB da fundação Palmares e 642 e 294, respectivamente, segundo o mapa dos territórios quilombolas na Universidade de Brasília. (...) A proliferação de acampamentos, de escravos fugidos, chamados mocambos, na fronteira entre Maranhão e Pará, bem como nas cachoeiras do alto rio trombetas tornaram tais áreas alvos preferenciais da preocupação repressiva das autoridades do Pará na segunda metade do século XIX. (...). Nas comunidades quilombolas do alto trombetas, à memória dos antigos mocambos mostrou-se desde o início, constitutiva da identidade dos grupos e territórios hoje reivindicados correspondem, de modo geral, as antigas áreas mocambeiras. (MATTOS, 2005, p. 5-6)

A expressão “movimento quilombolas” ou um “eu, como uns quilombolas”, assim mesmo no plural, afirmados por agentes sociais dessa região do Estado explicita uma forma própria de acionar uma identidade que, politizada nas relações de confronto, quando da disputa por territorialidades, disputa essa marcada pela violência, manifesta-se também oportuna como categoria analítica para analisar as expressões dos movimentos quilombolas nesta parte da Amazônia Legal. (FURTADO,2018)

Um dos organizadores da coletânea¹⁰ informa que não raro em conversas informais ou em momentos de confrontos com o poder público ou mesmo participando das esferas de controle social, as lideranças quilombolas referem-se a si ou ao movimento que integram da seguinte forma: “*eu como um quilombolas... ou o nosso movimento quilombolas...*”(ALMEIDA,2016).Ao indagar uma liderança quilombola, do porquê de usar sempre a adjetivação no plural, nos informou: “*É porque não sou eu que sou o quilombola é toda a minha comunidade...*”(ALMEIDA,2016)”. Entendendo assim que o termo quilombola, na visão desses agentes sociais, já denota identificação e processos de lutas coletivos, será aqui assumido para interpretar a dinâmica do movimento negro na parte norte da Amazônia Maranhense, a definição de movimento quilombolas. Com essa ênfase pretende-se superar a dicotomia da abordagem dos movimentos negros aqui existentes, como se constituíssem dois ou mais movimentos com o mesmo caráter.

¹⁰ Cynthia Carvalho Martins, Davi Pereira Junior, Patrícia Maria Portela Nunes, Alfredo Wagner Berno De Almeida

Intenta-se, assim, destacar, tal como o próprio léxico utilizado pelos agentes sociais favorece, uma possibilidade de teorização que pensa a articulação quilombola no Maranhão constitutiva e disjuntiva.

Seu Leonardo dos anjos



“Nossa luta em Alcântara ela continua. Mas nós não vamos desistir, pelo menos enquanto esse velho magro existir, tiver com vontade de lutar, nós não vamos desistir, temos companheiros aqui que sabem muito bem disso” (DOS ANJOS, 2016, pag, 24)

O livro direito, “*resistência e mobilizações: A luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial*”, não é uma biografia com o propósito de enaltecer o sujeito, personagem que nos é apresentado como um dos atores principais dos diversos acontecimentos. Mas sim de mostrar as relações sociais e políticas do senhor Leonardo dos Anjos, juntamente com seus apoiadores o senhor Leonardo foram contra a base espacial instalada no município de Alcântara, no estado do Maranhão, em meados dos anos 80, na qual afetou diversas comunidades étnicas quilombolas do município.

No qual o projeto de nova cartografia social da Amazônia, ficou incumbido de contar esses diversos relatos, que tem diferentes agentes sociais e de determinados grupos.

Sobre o livro ele está subdividido, por partes centrais na trajetória do senhor Leonardo dos Anjos, na qual apresenta as lutas por direitos dele e sua comunidade desde 1980. Luta essa que já faz 43 anos, principalmente pelo direito de permanência territorial que já foram de seus antepassados, luta essa para garantir a sobrevivência no aspecto cultural, além disso os aspectos de memória, da religiosidade e também o fator biológico dos quilombolas que ali residem.

A gente está nessa luta desde 1980. Estou a mais de trinta anos, nessa luta, e o movimento sindical e continuamos até hoje. Nos anos 80 quando a base espacial se implantou em Alcântara, aí chegaram anunciando que iam trazer desenvolvimento para o município, tirar as pessoas da roça, que é um ditado popular que hoje não gosto de ouvir (DOS ANJOS, 2016, p. 20)

A construção dessa liderança se dar de forma coletiva, na qual o seu Leonardo percorre pelo caminho, o sindicato dos trabalhadores rurais de Alcântara e a fundação do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial-MABE no ano de 1999, que é o movimento dos atingidos pela base espacial, aonde nos momentos iniciais vem ressaltar principalmente as participações nos vários eventos sendo eles nacionais e internacionais que tem como enfoque principal a luta pelo direito territorial, dessas diversas viagens é citado a para Colômbia, e a outra para EUA essas duas são as viagens internacionais, já as no território brasileiro, foram as de São Luís no Maranhão e a de Brasília.

Mas a partir de 1990, quando teve aquele seminário lá em Alcântara, e depois teve oficinas sobre a convenção 169 e a partir da constituição de 88, que a gente passou a conhecer o artigo 68 da constituição federal, que dá o direito para os quilombolas, os trabalhadores tradicionais, aí sim, aí eu passei a ter coragem de chegar e dizer que nós não vamos sair. Por que quer que você não vai sair? Porque a constituição nos garante não sair e permanecer no lugar, que nós nascemos, criamos e trabalhamos de maneira tradicional, portanto nós não vamos sair! (DOS ANJOS, p. 21)

Nesse sentido a Constituição de 1988 [...] formaliza direitos que já haviam sido apresentados por representantes dos movimentos sociais organizados e que, de maneira expressiva, atuaram nas subcomissões referentes às suas demandas. Da participação efetiva dos segmentos demandantes do respeito às suas condições étnicas e raciais, resultou a inserção no plano dos direitos formais, atos e dispositivos constitucionais específicos, aqui, em destaque, o direito territorial quilombola. Os enfrentamentos com o poder público “responsável” pela titulação dos territórios quilombolas refletem, agora, não mais a inexistência, mas a morosidade da efetividade da política de regularização desses territórios, pois os direitos territoriais referentes às comunidades quilombolas se encontram garantidos apenas no âmbito formal, mas na prática ainda não se tem território quilombola integralmente titulado no Maranhão.

No Maranhão os procedimentos para garantia dos títulos definitivos dessas comunidades têm sido configurados por um cenário de muitas lutas envolvendo importantes entidades quilombolas maranhenses como a Associação das Comunidades Negras Rurais (ACONERUQ), assessorada pela Centro de Cultura Negra e criada em 1997, enquanto um fórum que representa as comunidades quilombolas do Maranhão. (FURTADO,2018, pag,221)

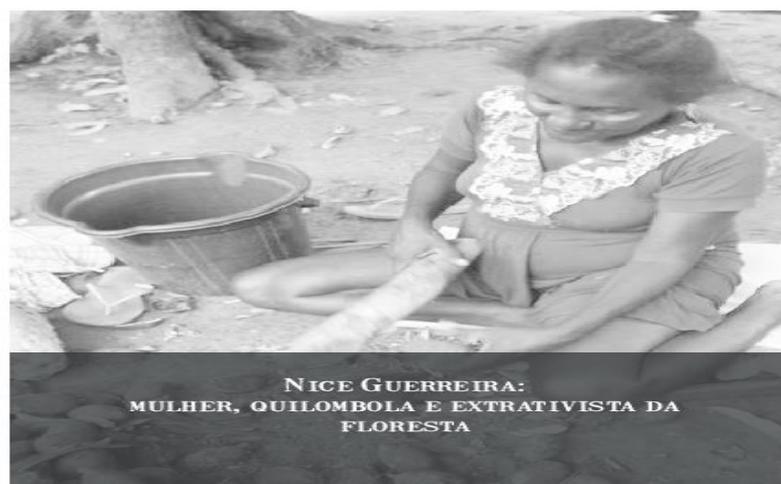
Atualmente o Senhor Leonardo dos Anjos, continua na ativa além de ser um líder comunitário, ele capitania 3 comunidades étnicas no município de Alcântara, este é um dos que se destacam e tomam a frente requerendo seus direitos.



Figura 02: Vista parcial da Comunidade quilombola de Itamatatiua, Alcântara - MA

Fonte: Cristiano de Jesus Garcia, (2023)

Dona Maria Nice



“Sou preta na cor e na raça. Sou quilombola, extrativista, agricultora familiar”
(AIRES,2016, pag,32)

Projeto de nova cartografia social da Amazônia, vem nos apresentar a narrativa de Maria Nice, intitulada Nice guerreira, na qual tem como objetivo de narrar os principais acontecimentos das lutas dela pelos direitos étnicos e territoriais.

Maria Nice Machado aires e nascida e criada na comunidade “Enseada da Mata”, no município de Penalva, Maranhão no ano de 1954, na qual ela Maria Nice e uma das Principais lideranças daquela localidade. Mãe de seis filhos é quebradeira de coco babaçu, a personagem tem diversas atividades, várias funções no âmbito comunitário, além de quebradeira de coco babaçu, e extrativista e agricultora familiar, ligada a diversos movimentos, um deles é o movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB), além disso, no âmbito estadual também está associada, a associação das comunidades negras Rurais no Maranhão, por fim, no meio nacional, sendo presente no conselho nacional das populações extrativistas.

Nós somos movimento mesmo, então. Gente, eu vou aqui falar um pouco do nosso território. Eu sou coordenadora do movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu (MIQCB). E dizer para vocês é que no início da minha luta, eu comecei na base, sou semianalfabeta. (AIRES,2016, p. 38)

Para essa liderança a organização coletiva tem força para se colocar frente o Estado brasileiro.

O movimento social organizado tem uma força. Não está perdida a causa, mas tem que está unido. Enquanto vocês estão organizados, as pessoas que estão de fora, todas as pessoas são muito fáceis de serem enganadas, as pessoas de fora dos movimentos, é enganado fácil. Eu queria explicar que nós do movimento temos feito mais coisas do que isso, isso é só o começo, nós fizemos seminários para se conscientizarem. O nosso projeto era titular as terras. A hora de nos colocarmos que nós queremos isso... outra coisa, não é só o título da terra: a gente precisa demarca, para saber qual é área, para não ser invadido. Para saber onde é o nosso, onde é quilombola (AIRES,2016, p. 40)

O agir coletivo não pode ser compreendido como ato unitário, pois engendra uma pluralidade de significados, orientações e relações dentro de um mesmo fenômeno coletivos (MELUCCI, 2001). Nice, como é chamada, está em intenso confronto com os grandes empresários que vieram se instalar naquele território muitos desses grandes empresários estão usando de meio sortidos que contrapõe o trabalho dos residentes daquela comunidade, derrubando e queimando áreas que por direito são dos quilombolas, áreas extensas de produções agrícolas das famílias locais, áreas onde estão situados os coqueiros são os mais atacados, pois o coco e principal fonte de renda da região, o coco babaçu é a matéria prima local.

Medida em que crescem a insegurança e a violência no campo relacionadas com as disputas territoriais que envolvem quilombolas e “proprietários de terras, é possível traçar um campo de conflito delineado pelo próprio Movimento. Daí que na narrativa de si, as lideranças afirmam que é a própria resistência contra o latifúndio” (FURTADO,2018) Órgãos como o INCRA, delegacias, dentre outros, se tornam alvos das reivindicações e pressões do Movimento. O enfrentamento direto, por meio de acampamentos e mobilizações evidenciam a indignação das lideranças contra a violência no campo e a insatisfação de suas comunidades quilombolas com a morosidade da efetivação dos seus direitos específicos. Tais processos consistem numa forte estratégia de luta do Movimento. Outra estratégia para fortalecer os vínculos do Movimento com as comunidades são as chamadas “missões quilombolas”. As missões quilombolas são pequenos encontros que ocorrem nas comunidades integrantes desse Movimento e objetivam fortalecer as comunidades-membros. (FURTADO,2018)

Dona Nice é citada nas memórias de outras lideranças como é o caso de “seu cabeça” informando sobre as lutas pela reserva da Enseada da Mata”

A criação da reserva da Enseada da Mata, é uma questão de necessidade. São os mesmos que vivem da agricultura, do babaçu, da luta contra o búfalo. A primeira coisa que a gente encontrou foram as fazendas de onde as pessoas vieram, entenderam que todo mundo vivia na mesma área, viu a questão quilombola, da nossa cultura, como a gente vivia, os nossos campos naturais, da enseada da mata, e a gente começou a discutir para afastar o búfalo. Aí veio a devastação dos nossos babaçuais, aí veio o debate, a gente brigando por isso. Depois nos começamos a ver as questões das reservas, para preservar dentro da área, a gente tinha também os quilombolas. Para a gente desapropriar a área, era os latifúndios sair de dentro daqui.

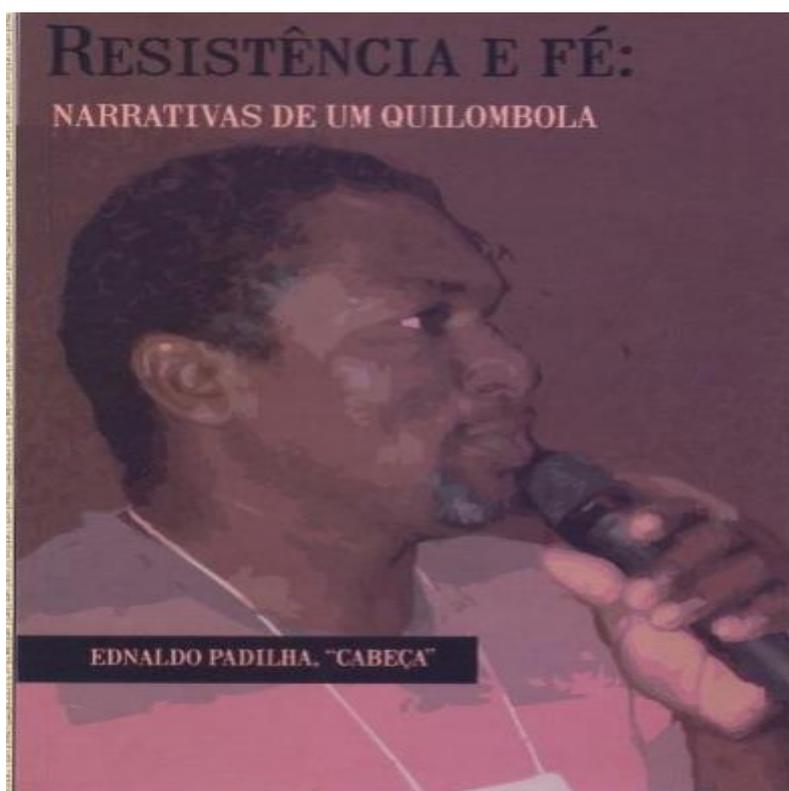
E a gente começou a discutir a reserva, tinha uma pessoa que vinha de Brasília para fazer o levantamento. O Joaquim (advogado, pesquisador do PNCSA nesse momento) conversava com os fazendeiros e perguntava sobre as escrituras. O cartório foi um problema sério, que eles não queriam dar os documentos para ver as áreas que eram cercadas, que não eram para poder fazer o levantamento fundiário.

A gente quer perder nossos costumes, as nossas coisas que estão ligadas com o quilombo, a gente trabalha com os quilombos e com a preservação das nossas áreas florestais. Fizemos vários seminários para a gente estar discutindo que não aconteça com a gente o mesmo que aconteça com o linhão. Ai em Viana e em Jabuaçu. A gente já teve conflito com prefeito, já fizemos muitas manifestações a respeito da reserva. Tem uma serie de coisa que a gente tem discutido para garantir os companheiros. (EDNALDO PADILHA,2016, pag41)

Nice Lembra que “tem sido entrevistada muita gente, teve um questionário do instituto Chico Mendes com 30 representantes de comunidades” (PADILHA,2016, p. 41). Hoje dona Nice se encontra no cargo de presidente dos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar em Penalva (SINTRAF), e na coordenação da

federação dos trabalhadores rurais da agricultura familiar no maranhão (FETRAF). Todas essas funções a si atribuídas tem muito significado, principalmente para a população do município de Penalva e de suas comunidades, mesmo com a constante luta, ainda sim o descaso principalmente da parte governamental continua e com isso embates entre os grandes Empresários e as populações tradicionais locais se estende.

Seu Ednaldo Padilha



“Hoje eu digo assim, eu trabalho muito bem a defesa, hoje eu defendo mesmo com unhas e dentes”(PADILHA,46, 2016,)

Um dos personagens mais emblemáticos a ser nos apresentados, pela coletânea do projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, é o senhor Ednaldo Padilha, mais conhecido como “CABEÇA”. Esta liderança quilombolas é colocado como um dos principais líderes dos movimentos negros rurais do Maranhão. Nascido na comunidade quilombola “Maputiua” que fica na cidade Cajari. Desde muito jovem adentrou aos movimentos sociais, e no movimento religioso foi onde tudo começou, A igreja exerce

um papel de suma importância, foi o pontapé inicial para Cabeça se torna líder dos movimentos religiosos.

Ednaldo Padilha se coloca como o portador oficial das memórias dos quilombolas de “Mangueira”, “Camaputiua”, que são denominadas “narrativas de engenho”. Esta expressão se refere às memórias do “engenho de Kadoz”. Nesse espaço cabeça utiliza para contar a história do seu povo, usa também as plantas medicinais para explicar as questões de saúde/doença e saberes culturais e do territorial do quilombo de “Camaputiua”. Segundo cabeça,

Essas ervas (medicinais) era do “Fite”, era de roncadador, era agudui, era de Dom Sebastiao, era de caboclos, era de iemanjá, era do velho baiano, era de Dom Luís, rei de França e era dos macacos” Memória de kadoz e Tramaúba: os quilombos de Mangueira e Camaputiua; olha nas pesquisas já realizadas, conversando com seu Otilio que hoje está com 92 ou 95 anos, ele falava que essas terras eram dos Viveiros, inclusive, ele até deu o nome que Zé Viveiros. O Zé Viveiros que era o dono do engenho Tramaúba. (PADILHA,2016, p.23.)

Cabeça conecta as memórias religiosas as suas memórias territoriais. Nisso mapea os espaços físicos em alusão aos espaços simbólicos de pertencimentos das comunidades. *“Êra é a morada dos caboclos ou das entidades. Tem um tucunzeiro que é no quintal da casa da Maria Antônia é da Êra do Fite. Na enseada feia é a Êra de Dom Luís. Nos Carneiros é era de São Sebastiao”* (PADILHA,2016, pag.28.)

São memórias que descrevem os mundos territoriais sagrados formando pelas ancestralidades de cabeça e que constituem os espaços de lutas presentes, tais espaços simbólicos de pertencimentos também estão sendo. Além das já descritas acima, cabeça elenca a presença das “Êras” que configuram suas comunidades presentes/passadas, além de informar o que sejam esses espaços, “Êra é assim, tipo uma cidade onde alguém tem um prefeito ou um rei”. Assim a

*Êra do roncadador tem uma reserva, aterrado, é mato e a água é por baixo da terra. Tem as locas, pesca na loca, tem arariba, marajá, juçara. Embaixo da terra tem os peixes que são pescados debaixo da terra. Tem que pedir licença, tem que ter respeito, não pode xingar, não pode fazer necessidade. Pesca de loca, cava a terra e pesca. Roncadador aparece em forma de jacaré e em forma de pessoa, um negro. **É sagrado o território.*** (PADILHA,2016, p.29) [Grifos nossos]

Êra do Agudui, é um poço, a agua é limpinha, mesmo de menor profundidade, Zé do Agudui é conhecido como jacarezinho de ouro. Se ele gostar da pessoa a agua fica limpa, se não gosta fica suja, vira lama. A gente vê o Zé do Agudui com mais frequência o Roncadador é mais difícil de aparecer. O Ze do Agudui aparece morto e a cabeça para um lado e o corpo para o outro, depois de aparecer no poço vivinho. (Resistencia e Fé, pág. 29)

Êra de Dom Sebastiao, fica praticamente em frente à minha casa, uma senhora de Raimunda Carneiro achou uma imagem de São Sebastião, no pé de

uma ingazeira, tipo um santuário, ocado o pé de ingazeira e ela começou a fazer doutrina com o maracá, no ritmo sacudindo o maracá, com o índio, Raimunda Carneiro, a família era dona de uma ilha, uma propriedade. A família doou uma parte para São Sebastião. Pode vender a terra e os herdeiros, a área do santo fica, e sagrada não pode vender. (Resistencia e Fé, pag. 30)

Êra do Fite, o Fite ele gostar mais de estar com suas brincadeiras mais durante a noite. É um invisível brincalhão, gosta muito de brincar com criança e ele sempre aparece em visão de criança, tanto o fite como o surrupira, são caboclos bom de remédio, mas também eles são muito punidores, são caboclos de linha pesada, punidores mesmo. (Resistencia e Fé, pag. 30)

Êra dos caboclos, o Surrupira é um caboclo, como diz a história que é um menino, que é um caboco, um indígena, que se tornou invisível, ele sumiu e começou a fazer suas marmotas e quem serve de transporte para ele sempre é um porco, por exemplo: porco catitu, porco mesmo de casa, e aquele que ele separa para ele, dificilmente a gente pega, são protetores dos animais também. (Resistência e Fé, pag. 31)

Êra de Emanjá, as mães da água são essas ligadas diretamente com o mar, com o mato, tem várias denominações, de mãe d'água, a mãe d'água é o mesmo como se dá o nome de todos os orixás, quem é considerada a mãe dos orixás é a Yemanjá, ela é a nossa religiosidade, ela é a mãe Aparecida, ela é a mãe de Deus e ela predomina nas águas. É fundamental, inclusive para a festa de mãe de Yemanjá, porque aqui tem influência do mar aqui é muito importante para festa de mãe Yemanjá. (Resistencia e Fé, pag. 31)

Êra do velho baiano, meu tio contava que quando saía à noite e que ia atravessar o igarapé do baiano, às vezes mesmo sendo fundo a canoa topava, como se tivesse raso, na verdade eles diziam que era o cabelo do baiano, que tava encantado lá. Dizem que o cabelo era tão grande que quando ele soltava a noite o cabelo subia e a canoa não passava. O igarapé, aí canoa não passava. O igarapé agora já está mais devastados mais ainda há o mistério do encantado, lá é uma Êra do baiano é ele que domina lá. (Resistência e Fé, pag. 32)

Êra de Dom Luís rei de França, essa Êra começa lá de casa, da porta da casa que era do meu avô, Antônio dos Santos, tem um olho da água bem na porta da minha de casa. Jorra direito. Aparece o jacaré enorme e aparece em forma de paca feiticeira e tem macaco tudo na era de Dom Luís Rei de França.

Êra é assim, tipo uma cidade onde alguém tem um prefeito ou um rei, então Luís Rei de França, ele é um rei de jacaré, ele aqui aparece em forma de um jacaré muito enorme, grande, então aqui é Êra dele, aqui é ele comanda essa parte aqui, já passando a parte da casa, para outro lado já Êra de Roncador e Ze do Agudui. A casa fica numa divisa de Êras, aqui nós vamos ter logo do outro lado nós temos caboclo roxo, nós temos vários outros caboclos, então em casa fica numa divisa, aqui é Rei de França, para cá já é roncador, para frente. Esse jacaré vinha pessoas para matar, só tinham informação, chegava na hora não tinha coragem. Pessoas vem as vezes fachear jacaré, mas daqui para a frente já tem que ter cuidado, porque aqui tem dono, aqui é simplesmente respeitado. (Resistencia e Fé, pag. 33/34)

Êra do macaco, é uma era onde aparece um macaco que as vezes aparece amarelo e outras vermelho. São protetores, nós temos os seres protetores de nossas matas. (Resistencia e Fé, pag. 33)

Cabeça e os encantados. É assim que é intitulado, o trecho que conta suas experiências com a religiosidade e os diversos acontecimentos na comunidade, casos,

peça primordial dessa memória familiar é a matriarca da família mãe Pruquera esses como as mortes de seus sobrinhos. Além desses ocorridos Ednaldo conta a história de sua família, contando a trajetória seus avós, desde o início da comunidade quando era um engenho. A árvore genealógica está presente, principalmente sobre as festas e as atividades religiosas, onde o catolicismo e religiões de matriz africana estavam presente no contexto já de seus avós, como é caso de

Mãe Pruquera, primeiramente eu falo da minha matriz, que é da mae Pruquera, mae Pruquera que foi escrava la no engenho de tramauba que tinha como dono senhor jose de Alexandre viveiros, que era dono dos escravos e a Pruquera, ela conseguiu sair e fazer sua morada ali onde se chama roncador (Padilha,2016, p.43)

Os relatos ainda contêm informe sobre o bumba meu boi em que eles participavam, como sobre algumas viagens para fora do estado para levar as lutas do movimento social quilombola pelos direitos das comunidades, encantados por “Cabeça”.

DAS CONEXÕES TEMÁTICAS: histórias cruzadas nas NARRATIVAS QUILOMBOLAS DE LEONARDO DOS ANJOS, MARIA NICE AIRES E EDNALDO PADILHA”

As conexões temáticas, entre os personagens abordados, são encontradas em suas narrativas, na qual, a luta pelos direitos territoriais, as reivindicações sobre os direitos sociais, além de ter um enfrentamento constante com a política local. Onde os três encabeçam movimentos com o intuito de defender de interesses que buscam o reconhecimento, proteção e melhorias a suas respectivas comunidades.

As narrativas abordam diversas ligações entre si em que uma vem interligando a outra. Uma delas é sobre a expansão do agronegócio no campo promove, assim, contraditória e dialeticamente, a ampliação das pautas dos movimentos camponeses. As lutas pela terra e por políticas públicas de apoio à produção rural permanecem existindo, mas a elas são somadas as mobilizações contra a destrutividade ambiental produzida pelo avanço do agronegócio. O direito de plantar e reproduzir as sementes originárias (crioulas); também se opera o entrecruzamento com a luta pelo reconhecimento dos povos ancestrais e seus descendentes como destinatários de políticas específicas (SANTOS,2020). Nesse aspecto, reside a importância da demarcação de terras no contexto dessa pauta ampliada, denominada por alguns autores de conflitos socioambientais.

O fortalecimento desse segmento agronegócio garante um avanço nas tentativas de flexibilização das conquistas das populações do campo e no aumento da violência. Dessa maneira, as insuficientes e débeis legislações que prezam pela garantia da regularização fundiária quilombola vêm sendo alvo constante da burguesia rural. Torna-se necessário, assim, lutar pelo patamar civilizatório alcançado e buscar elementos que possam superar a ordem do modo de produção capitalista. (TUBINO,2013)

[...] as prioridades políticas desse grupo de deputados e senadores, envolve a liberação de terras, tanto dos territórios indígenas, quilombolas, como de reservas e parques ecológicos. Também querem flexibilizar leis trabalhistas do setor rural, dar uma nova definição ao “trabalho escravo”, mudar as regras para o registro de agrotóxicos e de novos produtos alimentares, alterar a legislação de terras para facilitar a compra por estrangeiros e nas regiões de fronteira, renegociar as dívidas dos ruralistas (TUBINO,2013).

As populações quilombolas, através de uma prática produtiva menos predatória com o ambiente natural, evidenciada através de práticas de cultivo e produção, garantem que a atividade produtiva e o uso dos recursos naturais ocorram de modo mais integrado aos ciclos da natureza. Desse modo, a diversificação da produção possibilita um uso menos intensivo do solo, favorecendo, por sua vez, a conservação da biodiversidade. Essas populações garantem, assim, a reprodução das sementes crioulas e prezam pela autonomia do agricultor. Os elementos acima citados são pautados nos princípios agroecológicos. Nesse sentido, a utilização dos recursos naturais não se configura de forma predatória e também não causa desequilíbrios ao ecossistema.

A LUTA PELOS DIREITOS ÉTNICOS E TERRITORIAIS

Sobre os territórios as narrativas, apresentam os problemas vivenciados na questão de demarcação de suas terras, além de tudo, os constantes confrontos entre os movimentos quilombolas contra fazendeiros, latifundiários e o próprio governo, os direitos das terras é das comunidades tradicionais, mas o reconhecimento pelo poder público dificulta a vida dos moradores dessas comunidades, questões como a falta de auxílio do governo a essas comunidades, em saneamento básico, educação e saúde, abrem as portas para entra do capital nesse lugar.

Sobre os territórios de Alcântara tem uma questão com um véis político envolvido, a base espacial, é de uma grande importância para o maranhão e para o brasil na área da tecnologia, mas que até hoje não temos uma resposta. (DOS ANJOS, p,26), a

base de sustentação econômica da cidade, principalmente as comunidades, são as aposentadorias do trabalhador rural, do pescador, da sua lavoura e o bolsa família, não existem outros programas que auxiliem as comunidades.

Assim a briga constante entre as comunidades e a base que quer ampliar seus edifícios, área de pouso e lançamento avançando para dentro dos territórios quilombolas, a partir dos cursos de legislação a uma visão crítica sobre o processo de ampliação do CLA, e a partir disso com o conhecimento sobre as leis Leonardo dos Anjos e as comunidades lideradas por ele começam a se mobilizar e legitimaram as suas reivindicações pelo território e assim fundamentar os direitos dos quilombolas.

Em Penalva, mas especificamente na comunidade enseada da mata, dona Maria Nice Aires, em parceria com Ednaldo Padilha do município do Cajari e as outras lideranças das comunidades próximas, vem lutando contra o problema dos latifundiários e fazendeiros criadores de búfalos afins.

Se nos mobilizar para conscientizar os companheiros, nosso projeto é esse da titulação de terras. O prefeito enfraquece as pessoas, então, a hora que nos coloca que nosso projeto é esse, não é só título. É preciso demarcar, para saber onde passar a nossa e não tem direito de entrar. (AIRES, p.35)

Sendo assim, o território é constantemente atacado, pelos grileiros de terra onde vem a falecer o filho de dona Maria Nice, e o irmão de Ednaldo Padilha a mando deles para intimidar a comunidade e os seus líderes é aí que as associações e os movimentos dos municípios se unificam, pela a proximidade das localidades, a área dos babaçuais e áreas florestais começam a ser fiscalizadas fortemente, devido serem territórios ambicionados pelos grandes latifundiários.

Uma vez considerado, anteriormente, o território étnico que manifesta a identidade quilombola, é preciso trazer à tona Rogerio Haesbaert (2004) que contribui com os seus escritos e faz a diferenciação entre território e territorialidade. Ainda assim, Haesbaert aprofunda as discussões sobre os conceitos de multiterritorialidade, múltiplos territórios e trabalha a complexidade do processos de territorialização de que são imprescindíveis à pesquisa Expõe que o território nasce com a significação material e simbólica, sendo que etimologicamente aparece tão próximo de “terra-territorium”, de ativa apropriação, quanto de “terreo-territor” -terror, aterrorizar, para os sujeitos que são impossibilitados de adentrar e usufruir do território. (HAESBAERT, 2004, p. 1).

Já a territorialidade não incorpora tão somente a questão política, mas também se refere às relações econômicas e culturais estabelecidas, por estar “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2004, p. 3).

As comunidades quilombolas “conjugam a construção material ‘funcional’ do território como abrigo e base de ‘recursos’ com uma profunda identificação que recheia o espaço de referentes simbólicos fundamentais à manutenção de sua cultura. ” (HAESBAERT, 2004, p. 5).

Os quilombos, desde suas origens, foram exemplo de organização social, muitas vezes em situações no limite da sobrevivência. Isto é, não são algo novo na história do Brasil, nem do continente americano (conhecido outros nomes em outros países). Constitui uma questão relevante desde os primeiros focos de resistência ao escravismo colonial, reaparece com a Frente Negra Brasileira, nas décadas de 1930 e 1940, e retorna à cena política nas lutas pela democratização do país, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980 (Leite, 2000).

Em cada momento histórico buscaram estratégias possíveis para se afirmar frente aos seus antagonistas. No entanto, o momento político atual apresenta algumas especificidades, que marcam o recorte que nos propomos estudar neste trabalho. O movimento quilombola, hoje, dialoga com antagonismos distintos, o que pressupõe novas estratégias de luta, linguagens, representações e práticas. Um dos marcos desse novo momento é a Constituição de 1988, onde podemos perceber que o quilombo como categoria jurídica experimenta uma inversão de valores. Ou seja, depois de ter sido criminalizado e penalizado durante os períodos colonial e imperial e de ter desaparecido da base legal brasileira durante cem anos (entre 1888 e 1988), o quilombo reaparece nesta Constituição, agora como uma categoria de acesso a direitos, e operando com o princípio do auto definição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos sociais são sistemas complexos de ação coletiva e para compreendê-los é necessário partir dessa premissa. Dada a heterogeneidade dos sistemas de relações que constroem determinado movimento social, configura-se a possibilidade da expressão (FURTADO,2018)

A trajetória do movimento quilombolas maranhenses se constitui sob as bases da convicção de que é por meio da luta e reivindicação que as comunidades quilombolas terão seus direitos efetivados. Com base nessa convicção o Movimento constrói estratégias de ações coletivas como ocupação em órgãos públicos, conecta-se e estabelece

canais de diálogos e mediação com outros atores externos. O surgimento da MABE, MIQCB e ACONERUQ enquanto movimento que se direciona para a causa negra no Maranhão se configurou diante de uma realidade de violência, invisibilidade sofrida por esse segmento étnico específico. Esses movimentos se estabelecem contra hegemonia diante de um estado que se construiu sobre as bases da desigualdade e da exclusão. Seja nas formações quilombolas, quanto nos enfrentamentos mais diretos, os mediadores constituem elemento indispensável para se pensar a luta do movimento quilombolas na Amazônia legal maranhense.

Tal mediação insere-se no âmbito das relações que as lideranças dos movimentos constroem com os “de fora”. Tomando por base a proposta de Melucci (2001), as ações do expressam-se como ação coletiva autônoma. Embora em interface com outros atores representativos do segmento de apoio à demanda dos quilombolas como universidades, sindicatos, outros movimentos sociais e agentes externos etc. Nesse aspecto, em específico, a ação de mediação é responsável por construir uma ponte “entre uma gramática local da dominação e uma gramática extra local dos direitos fundamentais” (ARRUTI, 2006, p.22).

Insere-se os movimentos nos estudos dos Novos Movimentos Sociais, considerando-se uma análise que reconhece que a luta quilombolas está submersa numa sociedade marcada pelas imposições de uma sociedade capitalista que favorece uma determinada classe social. Entende-se a atuação dessas articulações sociais como um movimento de resistência, enquanto expressão do aquilombamento contemporâneo que se manifesta contra estruturas do poder dominante do Estado. O movimento de aquilombamento contemporânea que tem como prioridade maior não a titulação, imediata, dos territórios quilombolas, mas para além disto, a destruição de uma estrutura agrária comprometida com o latifúndio nestes cantos da Amazônia.

As três narrativas, que contam essas trajetórias de luta do movimento quilombola, contra a invasão e apropriação de suas terras e de seus direitos, que vem aborda os três personagens principais que são nomeados como liderança de suas comunidades, que são esses Leonardo dos Anjos, Maria Nice Aires e Ednaldo Padilha, com a proximidade, de seus municípios a união entre eles fortaleceu ainda mais a luta contra as diversas ameaças que se apresentam aos arredores do seus territórios no estado do Maranhão.

REFERENCIAS

AIRES, Nice Machado. **Nice guerreira: mulher quilombola e extrativista da floresta**\ Nice Machado Aires, Camila do Valle, Cynthia Carvalho Martin, Patrícia Maria Portela Nunes, orgs. Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. Rio de janeiro: casa 8, 2016

ALMEIDA, Maria da Conceição. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Livraria da Física, 2010

ANJOS, Leonardo dos. **Direitos e resistência e mobilização: a luta dos quilombolas de Alcântara contra a base espacial**\ Leonardo dos Anjos; Cynthia Carvalho Martin, Org; David Pereira Júnior, org. Patrícia Maria Portela Nunes, Org; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed. Rio de janeiro: casa 8, 2016

ARRUTI, José Maurício. **Mocambo. Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.p.22

FERREIRA, Augusta Eulália; CASTILHO, Suely Dulce de. **Reflexões sobre a Educação Escolar Quilombola**. Revista de Pesquisa em Políticas Pública Edição nº 03, agos. de 2014.

FURTADO, M. L. S., & Silva, R. de A. (2018). **Das andanças do movimento quilombolas na Amazônia Legal maranhense: uma nova gramática na luta por territórios em conflitos**. *Cadernos CERU*, 29(2).

GOHN, Maria da Glória. **Paradigmas Teoria dos Movimentos Sociais Clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios a multiterritorialidade**. Bertrand Brasil; 13 edição (15 de junho de 2004)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós modernidade**. Rio de janeiro: DP&A, 2006.

LARCHERT, Jeanes Martins. **Epistemologia da resistência quilombola em diálogo com o currículo escolar**. ANPEd– reunião, 36º - 2013.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os Quilombos no Brasil: Questões Conceituais e Normativas**. *Etnográfica*, vol. IV (2), p. 333-354, 2000.

MATTOS, Hebe. "Remanescentes das comunidades e quilombos": memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. **Revista USP**, n 68, Dez, Jan, Fev, 2005 e 2006, pág 104-111)

MELUCCI, Alberto: **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PADILHA, Ednaldo. **Resistencia e fé: O “CABEÇA”**, narrativas de um quilombola Ednaldo Padilha; Dorival dos Santos,org; Alfredo Wagner Berno de Almeida, 2. ed. Rio de janeiro: casa 8, 2016

POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3,1989.

SANTOS, Marlete Mendes da Silva; SANTOS, Pedro Fernando dos;. **A Educação Quilombola como Elemento de Fortalecimento e Consolidação da Identidade na Comunidade de Conceição das Crioulas.** *Id on Line Rev.Mult. Psic.*, Dezembro/2020, vol.14, n.53,

SILVA, Givânia Maria. **Educação e Luta política no Quilombo de Conceição das Crioulas.** Curitiba: Appris, 2016.

SILVA, Regiane de Araújo. **Das andanças dos movimentos quilombolas no Maranhão: Por uma etnografia nos interstícios.** 2018. 59f -il. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

TORRES, Denise Xavier. **Concepções de Avaliação da Aprendizagem de professoras que atuam em escolas situadas em áreas rurais.** Dissertação (mestrado em educação), Recife, 2013.

TUBINO, N. **Bancada Ruralista: tudo pela terra.** *Carta Maior*, [S. l.], out. 2013. Disponível em:<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Bancada-ruralista--tudo-pela/terra/4/29182>.